



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletim Informativo

Abril de 2015

Presenças:

Presidente

Procuradora-Geral da República, Dra. Maria Joana Raposo Marques Vidal

Vogais

- Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, Euclides José Dâmaso Simões e Alcides Manuel Rodrigues;
- Procurador-Geral-Adjunto Dr. Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães;
- Procuradores da República Dr. João Eduardo Raposo Rodrigues Celorico Palma e Dr.ª Ana Cristina dos Santos Silva Ermida;
- Procuradores-Adjuntos, Drs. Sandra Elisabete Milheirão Alcaide, Jorge Manuel Alves de Oliveira (Membro permanente), Sofia Margarida Correia Gaspar e Ricardo Rodrigues da Costa Correia Lamas;
- Membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. André Filipe Oliveira de Miranda, Nuno Miguel da Silva Soares de Oliveira, José Manuel Vieira Conde Rodrigues e Professora Doutora Cristina Manuela Araújo Dias;
- Membro designado por Sua Excelência a Ministra da Justiça, Dr. António José Barradas Leitão (Membro permanente).

Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira .

Boletim Informativo
N.º 13/2015

REUNIÃO:

• Plenário de
28/04/2015

SUMÁRIO: (Pág)

Actas	2
Movimento de Magistrados - reconhecimento de formação especializada	2
Comissões de serviço	2
Reclamações	3

ACTAS

1. O Conselho procedeu à aprovação da acta da reunião em Plenário de 14 de Abril de 2015.

MOVIMENTO DE MAGISTRADOS - RECONHECIMENTO DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

2. Alteração ao Regulamento de Movimentos de Magistrados do Ministério Público, relativamente ao reconhecimento de formação especializada.

Relatores: Membros permanentes

O Conselho deliberou alterar o artigo 3º, n.º 3, do Regulamento de Movimentos de Magistrados do Ministério Público, de forma a nele incluir o DCIAP, as Secções Criminais das Instâncias Locais e as Secções Cíveis das Instâncias Locais.

Votaram a favor desta alteração a Senhora Conselheira Procuradora-Geral da República e as Senhoras Dras. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem e Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira.

Votou contra o Senhor Dr. Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães.

Abstiveram-se os restantes membros.

COMISSÕES DE SERVIÇO

3. Nomeação da Senhora Procuradora-Geral Adjunta, Lic. Eucária Maria Martins Vieira, para exercer as funções de Auditora Jurídica no Ministério da Saúde, em acumulação com as funções de Auditora Jurídica no Ministério da Administração Interna.

O Conselho deliberou, por unanimidade, autorizar a referida nomeação.

4. Pedido de licença sem remuneração apresentado pela Procuradora da República, Lic. Maria Margarida Cabral Bandeira de Lima – artigos 281.º, n.º 3, e 283.º, n.os 1, alínea b), e 3, da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho – alteração dos efeitos do acórdão de 10 de Março de 2015, por reconhecimento de interesse público.

Relator: Dr. Jorge Oliveira

O Conselho deliberou, por unanimidade e em face da declaração de interesse público relativamente às funções que irá exercer, reconhecer à Senhora Procuradora da República e enquanto se mantiver na actual licença sem vencimento, o direito à contagem do tempo para efeitos de antiguidade, o direito a efectuar descontos para a A.D.S.E., com base na remuneração auferida à data do início da licença, bem como a manutenção do seu lugar de origem.

5. Pedido de autorização para renovação da comissão de serviço que o Procurador da República, Lic. Paulo Augusto Guarda Oliveira Ferreira, vem exercendo como Subinspector-Geral da Administração Interna (cessação a 9 de Maio de 2015) – artigo 4.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 58/2012, de 14 de Março.

Relator: Dr. Barradas Leitão

O Conselho deliberou renovar a referida comissão de serviço.

Abstiveram-se os Senhores Drs. Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, Alcides Manuel Rodrigues, Ana Cristina dos Santos Silva Ermida e André Filipe Oliveira de Miranda.

6. Exposição apresentada pela procuradora-adjunta, Lic. Carla Alexandra de Jesus Almeida, relativa ao regime legal aplicável à comissão de serviço que vem exercendo como Inspectora-Coordenadora da Delegação Norte do Serviço de Auditoria e Inspeção do Ministério da Justiça.

Relator: Dr. Jorge Oliveira

O Conselho deliberou reconhecer à senhora Procuradora-adjunta e enquanto se mantiver na actual comissão de serviço, o direito à manutenção do seu lugar de origem, bem como o direito à contagem do tempo para efeitos de antiguidade.

Abstiveram-se os Senhores Drs. João Eduardo Raposo Rodrigues Celorico Palma e Ana Cristina dos Santos Silva Ermida.

RECLAMAÇÕES

7. Reclamação apresentada por Procurador-adjunto, do acórdão da 1.ª Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, que lhe atribuiu a classificação de “Medíocre”.

Relator: Dr. Nuno Oliveira

O Conselho deliberou, por unanimidade, desatender a reclamação apresentada e manter a nota atribuída.

8. Reclamação apresentada por Procurador da República, do acórdão da 1.ª Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, que lhe atribuiu a classificação de “Suficiente”.

Relator: Mestre Henrique Dias da Silva, redistribuído ao Dr. Barradas Leitão

O Conselho deliberou desatender a reclamação apresentada e manter a nota atribuída.

Votaram no sentido de atender a reclamação e alterar a nota para “Bom” os Senhores Drs. Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira e Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães.

Abstiveram-se as Senhoras Dras. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem e Cristina Manuela Araújo Dias.

9. Reclamação apresentada por Procuradora-adjunta, do acórdão da 2.ª Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, que lhe atribuiu a classificação de “Medíocre”.

Relator: Dr. João Celorico Palma

O Conselho deliberou, por unanimidade, desatender a reclamação apresentada e manter a nota atribuída.

10. Reclamação apresentada por Procuradora-adjunta, do acórdão da 1.ª Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, que lhe atribuiu a classificação de “Bom com Distinção”.

Relator: Dr. Alcides Manuel Rodrigues

O Conselho deliberou, por unanimidade, desatender a reclamação apresentada e manter a nota atribuída.

11. Reclamação apresentada por Procuradora-adjunta, do acórdão da 1.ª Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, que lhe atribuiu a classificação de “Suficiente”.

Relatora: Dr.ª Sandra Alcaide

O Conselho deliberou, por unanimidade, desatender a reclamação apresentada e manter a nota atribuída.

12. Reclamação apresentada por Procuradora-adjunta, do acórdão da 2.ª Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, que lhe atribuiu a classificação de “Bom”.

Relatora: Doutora Cristina Dias

O Conselho deliberou, por unanimidade, desatender a reclamação apresentada e manter a nota atribuída.